

# PROJETO DE ACESSIBILIDADE AOS ACADÊMICOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Mônica Cristina Martinez de MORAES<sup>1</sup>  
Diléia Aparecida MARTINS  
Lívia Cristiane Pereira OLIVEIRA  
Paula Michele da Silva PEREIRA

## INTRODUÇÃO

A reorganização do ensino e de práticas educacionais, visando eliminar barreiras para a escolarização, são assuntos extensamente discutidos pelas teorias sociais e educacionais. Analisando a trajetória educacional brasileira, observamos mudanças histórico-culturais e de concepção que vêm, ao longo dos anos, desmistificando visões construídas e perpetuadas pelas gerações com relação à interação entre a pessoa com deficiência e a sociedade.

Atualmente, nos deparamos com algo ainda novo no ensino em geral, e mais novo ainda no que diz respeito à Educação Superior: a educação inclusiva. A proposta de educação inclusiva intensificou-se a partir da Conferência Mundial sobre "Educação para Todos", em março de 1990, em Jomtien (Tailândia), e aprofundada, em julho de 1994, na Conferência Mundial sobre "Necessidades Educativas Especiais", em Salamanca (Espanha). Essa Conferência culminou na "Declaração de Salamanca" que propôs princípios de uma educação globalizada, resultado de acordos

internacionais fortemente desvinculados dos fenômenos sociais produzidos pela educação de massas.

Os sistemas de ensino vêm se organizando para atender essa realidade e a Educação Superior no Brasil conta, desde 2000, com orientações específicas da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação - MEC.

## RELEVÂNCIA DO PROJETO PARA A INSTITUIÇÃO E PARA A COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

A Universidade coloca-se no cenário social como inovadora e pioneira ao apresentar uma organização de apoio pedagógico especializado à pessoa com deficiência antes mesmo da promulgação da legislação vigente.

Buscando corresponder às necessidades educativas especiais de estudantes da PUC-Campinas e como resultado do trabalho de um grupo de professores e funcionários da

<sup>1</sup> Mônica Cristina Martinez de Moraes, Pedagoga em Educação Especial e Doutoranda em Educação; Diléia Aparecida Martins, Pedagoga em Educação Especial e Mestre em Educação e Interpretação de LIBRAS; Lívia Cristiane Pereira Oliveira, Pedagoga em Educação Especial e Mestre em Educação; Paula Michele da Silva Pereira, Pedagoga em Educação Especial e Intérprete de LIBRAS.

Universidade foi proposto, em 1997, o "Projeto de Acessibilidade (ProAces)". O objetivo, à época, era "fornecer a infraestrutura necessária para melhorar a acessibilidade dos Deficientes Visuais (DVs) da Universidade"<sup>2</sup>. Pauta-se pela referência teórica sobre acessibilidade de Guimarães, 2000 (In Baumel, 2001)<sup>3</sup>:

*"(...) um processo de transformação do ambiente e de mudança da organização das atividades humanas que diminui o efeito de uma deficiência. Esse processo se desenvolve a partir do reconhecimento social da maturidade de um povo para atender os direitos individuais de cidadania plena."*

O ProAces apóia-se, como referência legal, na Lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que "Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências" e na Portaria MEC 3.284, de 7 de novembro de 2003, que "Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições".

As implicações institucionais desses referenciais são evidentes, em especial do ponto de vista do projeto político-pedagógico da Universidade. Cada Instituição de Ensino Superior deve ter seu plano de acessibilidade que garanta "...condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, edificações, serviços de transporte e dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida" (Decreto-lei 5296, de 2 de dezembro de 2004, art. 8º). A PUC-Campinas formula, implementa e mantém ações de acessibilidade por meio da adaptação dos recursos instrucionais, capacitação de recursos humanos e adequação dos recursos físicos.

## OBJETIVOS

O objetivo prioritário é providenciar aos estudantes com necessidades especiais acesso aos materiais didáticos de apoio ao Ensino e à Pesquisa, necessários à sua formação.

Dele desdobram-se os seguintes objetivos:

- sistematizar, na estrutura acadêmica, as informações, discussões e orientação aos diretores, docentes, funcionários e a todos os que atuam nessa proposta educacional;
- estimular ações inovadoras na Universidade que unam Ensino-Pesquisa-Extensão para promoção do acesso e permanência dos acadêmicos com necessidades especiais;
- contribuir para a adequação da infraestrutura necessária para eliminar as barreiras da arquitetura urbanística, das edificações, das comunicações e atitudinais.

## CRONOLOGIA DA ACESSIBILIDADE NA PUC-CAMPINAS

**Novembro de 1997** – apresentação do ProAces à Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos tendo como fator motivador: "...o aumento do número de alunos deficientes visuais (DVs) na Universidade, que fez com que docentes responsáveis pelas unidades envolvidas procurassem discutir, entre eles, formas mais adequadas de procedimentos para apoiar tais alunos"<sup>4</sup>.

<sup>2</sup> CARVALHO, José Oscar Fontanini de. Projeto de Acessibilidade aos Alunos Deficientes Visuais da PUC-Campinas. PUC-Campinas, novembro de 1997.

<sup>3</sup> BAUMEL, Roseli C. R. de C. As tecnologias de informação e comunicação como recurso à acessibilidade de pessoas com necessidades educacionais especiais. Revista de Educação PUC-Campinas. Campinas, n. 11, novembro 2001.

<sup>4</sup> CARVALHO, José Oscar Fontanini de. Projeto de Acessibilidade aos Alunos Deficientes Visuais da PUC-Campinas. PUC-Campinas, novembro de 1997.

**1998** – organização da estrutura do Projeto com a criação do Centro de Acessibilidade para os DVs (CA/DV) no Campus I e treinamento de monitores nos equipamentos do CA/DV.

**1999** – implantação da Monitoria de Apoio ao DV, vinculada ao Curso de Pedagogia, com a formação de Professores para Deficientes Mentais (DM) e Deficientes Auditivos (DA) da Faculdade de Educação.

**2000** – aprimoramento do trabalho do ProAces referente à organização e sistematização de informações acerca dos estudantes portadores de deficiência que ingressaram na Universidade, bem como o desenvolvimento de um plano de capacitação dos monitores de apoio.

**Agosto de 2001** – designação de uma Assessoria Técnico-Pedagógica específica ao ProAces a fim de *“...desenvolver estratégias e ações que pudessem garantir o ingresso e a permanência de estudantes portadores de necessidades especiais nos cursos oferecidos pela Universidade”*. Para o ingresso, iniciou-se uma sistemática de trabalho junto à Coordenadoria-Geral do Processo Seletivo, Secretaria-Geral e Unidades Universitárias. Para a permanência do ingressante na Universidade, iniciou-se, também, uma assessoria às Unidades Universitárias, além da continuidade do apoio direto aos estudantes por meio da Monitoria de Apoio.

**2002** – definição, pelo ProAces, do conceito de acessibilidade e análise das condições de acessibilidade na PUC-Campinas, considerando para isso o documento *A Educação Especial e a Educação Superior – MEC/2000* e seus anexos nos seguintes âmbitos: adaptação de recursos instrucionais, capacitação de recursos humanos e adequação dos recursos físicos.

**2003** – intensificação das novas demandas de trabalho e insuficiência dos equipamentos e da carga horária das alunas-bolsistas que desenvolviam a monitoria de apoio. A partir desse ano, o ProAces passou a

integrar o Grupo de Pesquisa Sociedade e Educação Inclusiva, credenciado pelo CNPq – hoje Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação e Educação Inclusiva –, com o Projeto *“Condições de Acessibilidade para Estudantes Portadores de Necessidades Educativas Especiais na PUC-Campinas: um panorama da última década 1993 – 2003”*.

**2004** – estruturação de uma equipe de profissionais especializados, criação do cargo de Intérprete de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS e contratação de uma Pedagoga em Educação Especial.

**2005** – atuação do ProAces junto ao Departamento de Projetos e Obras/Sociedade Campineira de Educação e Instrução - SCEI e, posteriormente, junto à Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD, comunicando à Pró-Reitoria os dados sobre os estudantes com necessidades especiais a fim de que a Universidade garanta-lhes condições para a utilização de seus espaços, mobiliários, equipamentos e edificações. Também foi proposto o Curso de Extensão *“LIBRAS para Usuários”*, para iniciar em 2006. Com a ampliação da equipe de profissionais especializados no ProAces, criou-se, também, o cargo de Pedagoga Braille e mais uma Pedagoga em Educação Especial foi contratada.

**2006** – continuidade do trabalho implantado pelo ProAces e atendimento da demanda de estudantes com necessidades educacionais especiais ingressantes nos Cursos da Universidade.

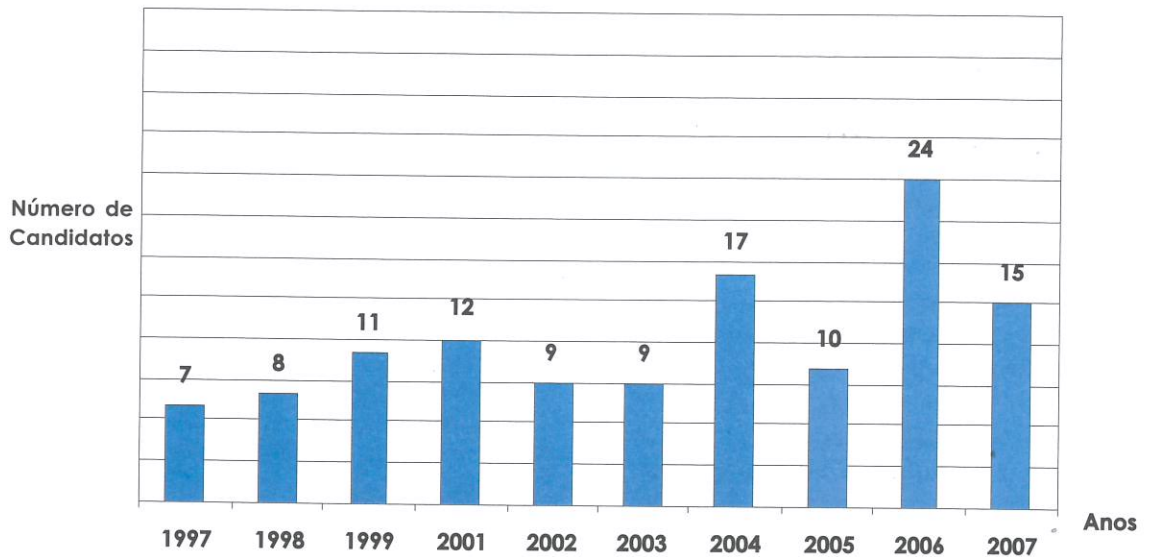
**2007** – integração, em julho, do ProAces à PROGRAD, redimensionamento de suas ações e redefinição de seus objetivos, passando a ser denominado Programa de Acessibilidade. Por ocasião do 10º ano de atividades do Programa, realizou-se, no mês de novembro, o I Encontro de Acessibilidade da PUC-Campinas, cuja programação possibilitou a socialização de ações realizadas por professores da Universidade e contou com depoimentos de seus estudantes.

## ESTRATÉGIAS DA UNIVERSIDADE PARA A ACESSIBILIDADE

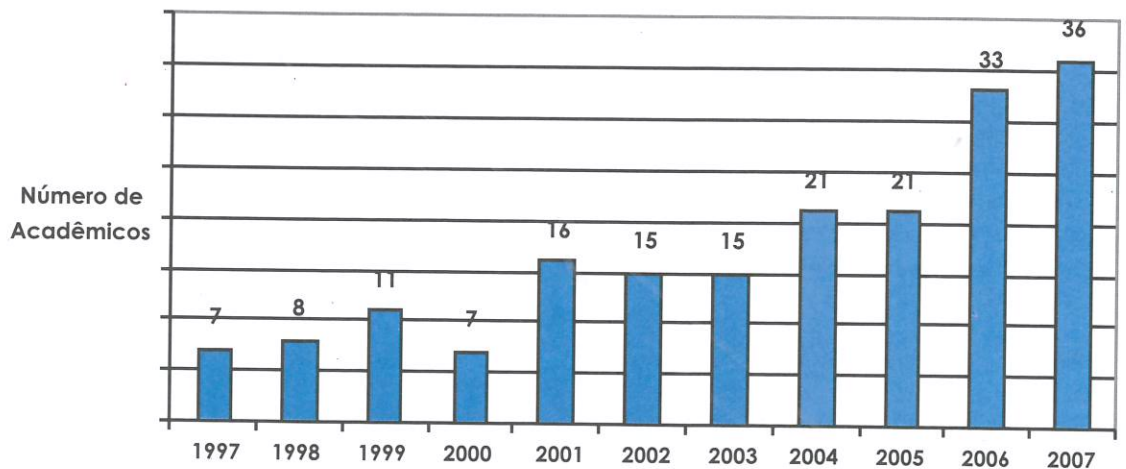
O Programa de Acessibilidade sistematiza, ao longo dos anos, ações

direcionadas ao acesso, ingresso e permanência de estudantes com necessidades especiais em seus Cursos. Para a realização dessas ações, faz o acompanhamento da trajetória desses estudantes na Universidade:

**Processo Seletivo**



**Evolução de Acadêmicos com Deficiência**



Para o acesso dos estudantes, foram organizadas estratégias de planejamento junto à Coordenadoria de Ingresso Discente - CID. No Processo Seletivo Discente, o ProAces atua junto à CID no levantamento de dados de candidatos para a disponibilização de recursos necessários para a realização das provas, como a máquina datilográfica Perkins, que auxilia na escrita Braille e a participação das pedagogas como Professor Ledor e/ou Intérprete de LIBRAS.

Até 1988, os candidatos com necessidades especiais se inscreviam no Processo Seletivo sem indicar a necessidade de utilização de recurso especial. A partir de 1989, passou a constar das Normas para o Processo Seletivo de candidatos aos Cursos Superiores de Graduação da PUC-Campinas orientação específica a esses candidatos, atualmente apresentadas no artigo 10 e seus parágrafos:

*"Art. 10. O candidato que necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá, obrigatoriamente, comunicar-se com a Coordenadoria de Ingresso Discente, pessoalmente ou por representante, no prazo de até 2 (dois) dias úteis após o término das inscrições, para que, previamente, seja conhecido cada caso e estudada a possibilidade de oferecimento de melhores condições para o seu bom desempenho. Na ausência ou extemporaneidade dessa comunicação, a Universidade não se responsabilizará pelo atendimento às condições/necessidades desejadas.*

*§ 1º O candidato que se enquadrar no caput do presente Artigo deve preencher a quadrícula correspondente na Ficha de Inscrição.*

*§ 2º Aos portadores de deficiência visual será possibilitada a realização das provas em Grafia Ampliada ou em Braille.*

*§ 3º Caberá à Coordenadoria de Ingresso Discente analisar e avaliar cada pedido e, se for o caso, indicar formas e locais de atendimento aos candidatos abrangidos pelas disposições deste Artigo.*

*§ 4º Salvo o disposto nos parágrafos anteriores, não será permitida, a qualquer candidato, sob qualquer condição, a intermediação de outrem para a realização das provas".*

Após a matrícula, o ProAces confirma junto à Secretaria-Geral o ingresso desses acadêmicos, com vistas a fornecer às Unidades Universitárias em que se alocam as orientações necessárias à sua recepção.

Para a permanência do ingressante na Universidade, é realizada uma assessoria às Unidades Universitárias estabelecendo, em conjunto com suas Diretorias, um apoio pedagógico especializado ao estudante, a fim de garantir condições para o desenvolvimento de sua vida acadêmica. Toda a orientação técnico-pedagógica tem como foco o incentivo às Unidades Universitárias no planejamento de ações afirmativas e inovadoras que unam Ensino-Pesquisa-Extensão, considerando a necessidade da transposição de barreiras da arquitetura urbanística e, especialmente, atitudinais.

## **ACESSIBILIDADE AO ACADÊMICO COM VISÃO DEFICIENTE**

Originalmente, a Acessibilidade ao Acadêmico com a Visão Deficiente foi projetada como

*"um conjunto de dispositivos (equipamentos de hardware e software), utilizados para aumentar a acessibilidade dos DVs e um local de pequenas dimensões onde possa caber uma mesa e uma cadeira e tais equipamentos"<sup>5</sup>,*

<sup>5</sup> Projeto de Acessibilidade aos Alunos Deficientes Visuais da PUC-Campinas (Projeto Original)

aproveitando uma estrutura já existente no laboratório de Informática do Campus I.

Os trabalhos destinavam-se à elaboração e adaptação de materiais didático-pedagógicos aos acadêmicos. Durante a trajetória de atuação do ProAces, a Acessibilidade ao Acadêmico com a Visão Deficiente adequou-se às novas demandas de trabalho. Visando proporcionar aos acadêmicos recursos com qualidade e promover orientações específicas, destinadas aos docentes, referentes à essa nova demanda, foi criado, em julho de 2005, o cargo de Pedagoga *Braille*. Após a criação desse cargo, foi possível realizar algumas adequações para esse trabalho, tais como a aquisição da nova Impressora *Braille* e a instalação de equipamentos tecnológicos indispensáveis, como um gravador de CD, três novos *scanners* e a Impressora A3 - utilizada para produção de materiais ampliados para os acadêmicos com baixa visão.

Atualmente, a Acessibilidade ao Acadêmico com a Visão Deficiente, embora tendo como função predominante o serviço técnico de transcrição e adaptação de material didático-pedagógico, visa a participação dos discentes usuários do serviço, a fim de apontar suas principais necessidades, e a efetivação de melhorias para tornar esse atendimento cada vez mais eficaz.

Outras ações ainda são realizadas visando à Acessibilidade ao Acadêmico com a Visão Deficiente:

- transcrição do Jornal da PUC-Campinas para o Código *Braille* e Grafia Ampliada;
- construção e manutenção do Acervo Bibliográfico *Braille* nos Campi da Universidade, via Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI;

- oferecimento do curso de Extensão "Recursos Técnico-Pedagógicos na Área da Deficiência Visual".

## ACESSIBILIDADE AOS ACADÊMICOS COM SURDEZ E AUDIÇÃO DEFICIENTE

Relatos de professores, ex-alunos e funcionários indicam que muitos estudantes surdos já ingressaram anteriormente na Universidade, porém, sem serem identificados, porque não há nada que chame a atenção para a sua condição, uma vez que existe a possibilidade de a pessoa com surdez ou deficiência auditiva desenvolver a oralidade e o aparelho auditivo visa o aproveitamento de um suposto resíduo auditivo.

Em 2000, o ProAces inicia um processo de estabelecimento de alguns serviços não-contemplados na primeira estrutura do Projeto. Partindo das possibilidades daquele momento, o apoio técnico-pedagógico aos estudantes com surdez e audição deficiente foi realizado com auxílio de estagiárias que atuavam como intérpretes de LIBRAS em sala de aula.

Em 2004, foi contratada uma Pedagoga em Educação Especial e Intérprete de LIBRAS. Nesse processo reconhecem-se pontos importantes na educação de surdos: o instigante aparecimento dos surdos usuários da Língua Brasileira de Sinais e o reconhecimento oficial de LIBRAS como língua natural dos surdos brasileiros (Lei nº 10.436/2002 regulamentada pelo Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005<sup>6</sup>).

Esse bilinguismo vivenciado pela pessoa surda tem sido alvo de estudo rigoroso por parte de profissionais intérpretes, linguistas e pedagogos, uma vez que LIBRAS é comprovadamente uma língua que utiliza um canal visual-espacial e não oral-auditivo como

<sup>6</sup> BRASIL, Ministério da Educação (2005). Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005. Brasília: MEC.

acontece com as línguas orais. Ela articula-se espacialmente e é percebida visualmente<sup>7</sup>. A grande indagação está relacionada aos impactos dessa forma de representação e apropriação nas relações de ensino e aprendizagem, na organização curricular e nas medidas utilizadas pelas instituições de ensino para **garantir a permanência e a progressão desses estudantes nos níveis de ensino**. Os efeitos da modalidade visuo-gesto-espacial<sup>8</sup> são fortemente percebidos na aquisição e no uso da Língua Portuguesa, uma vez que a estruturação da linguagem também passa a ser sistematizada na lógica da língua e suas articulações.

A Língua Portuguesa escrita pela pessoa surda apresenta alguns desvios de organização e algumas diferenças entre LIBRAS e a grafia da Língua Portuguesa se acentuam. A pessoa surda faz a leitura, entende algumas palavras antes conhecidas, porém, muitas vezes, não compreende o sentido do contexto, da composição textual. A grafia da Língua Portuguesa está propriamente pautada em letras e sinais oral-auditivos. No caso do surdo profundo de nascença são encontradas sérias dificuldades na aquisição da Língua Portuguesa sem a anterior aquisição de LIBRAS como língua natural, que lhe fornece suporte para a aquisição de uma segunda língua, compreendendo-a em sua estrutura gramatical, proporcionando mais do que o uso mecânico, mas o uso reflexivo de uma língua que o auxilia a inserir-se na sociedade.

A efetivação do oferecimento do Apoio Pedagógico/Linguístico aos Acadêmicos com Surdez e Deficiência Auditiva foi uma medida primordial. Durante o período de aulas, esse apoio é desenvolvido em sala, junto aos professores e alunos. No período oposto às aulas, há uma orientação relacionada às

diversas disciplinas do currículo. Junto aos surdos oralizados o trabalho centra-se no estreitamento do contato e na realização de orientações ao corpo docente do curso. Quando necessário, o estudante pode ter um monitor de sala que o auxilia em situações diárias de estudo.

Considerando as várias situações apresentadas por pessoas surdas ou com audição deficiente no ambiente acadêmico, outras iniciativas foram tomadas:

- oferecimento do Curso de Extensão "LIBRAS para Usuários";
- instalação de Telefone para Surdos - TS.

## FORMAS DE AVALIAÇÃO E DIVULGAÇÃO DO PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE

A partir de 2007, a avaliação do Programa é feita por meio de autoavaliação e produção de relatório anual apresentado à Pró-Reitoria de Graduação.

A inclusão do ProAces no Programa de Autoavaliação Institucional da PUC-Campinas vem sendo importante ação para o aprimoramento do trabalho, de garantia de equiparação de oportunidades aos alunos com necessidades especiais matriculados nos Cursos da Universidade.

Por atuar no âmbito interno, tem suas ações divulgadas por instrumentos diversos da PUC-Campinas, especialmente pelo Jornal e pela TV PUC-Campinas.

<sup>7</sup> KICKOK, Gregory. BELLUGI, Ursula. KLIMA, S. Edward. (2004). *A linguagem de sinais no cérebro*. Revista Scientific American Brasil. Edições Especiais Sciam n. 4, 2004.

<sup>8</sup> QUADROS, Ronice Muller de. (2004). *Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos*. Porto Alegre: Artmed. BRASIL, Secretaria de Educação Especial. (1997). *Língua Brasileira de Sinais*. Org. Lucinda F. Brito et. Al. Brasília: MEC.

A Universidade oferece regularmente desde 2006, aos alunos do bacharelado e da licenciatura, duas Práticas de Formação\* em LIBRAS:

1) Língua de Sinais: LIBRAS  
(código 01754)

Ementa: visa o incentivo, conhecimento, familiarização e capacitação técnico-acadêmica em LIBRAS, tornada parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais - PCN's, conforme legislação vigente.

Carga-horária: 34 horas/aula

2) LIBRAS e Histórias Infantis  
(código 02207)

Ementa: Incentivo, conhecimento, familiarização e capacitação técnico-acadêmica em LIBRAS, tornada parte integrante da formação de professores, cujos sinais são formados por meio da combinação de formas e de movimentos das mãos e de pontos de referência no corpo ou no espaço, regidos por estrutura gramatical própria.

Carga-horária: 17 horas/aula

---

\* Práticas de Formação, previstas no Projeto Pedagógico dos cursos e indicadas na matriz curricular, são atividades curriculares obrigatórias, com pelo menos 17 horas em cada semestre de duração do curso.